



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Assessoria Especial de Controle Interno
Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle

ATA DE REUNIÃO

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS (MGI)

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA, ACESSO À INFORMAÇÃO, RISCOS E CONTROLE (CITARC)

DATA HORÁRIO E LOCAL DA REUNIÃO

Aos 6 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, realizou-se a 18ª Reunião Ordinária do Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle – CITARC, instituído pela Portaria GM/MGI nº 5.112, de 24 de junho de 2026, das 09h30min às 11h30min, de forma híbrida, na Sala de Reuniões do Bloco K, Sala T27, e por meio da plataforma Microsoft Teams.

PESSOAS PRESENTES

A Presidência e Secretaria-Executiva do CITARC:

Presidente do Comitê Sr. Francisco Eduardo de Holanda Bessa;
Flávio Horácio Souza Vieira – Secretaria-Executiva;
Josemirte Fernandes de Medeiros - Secretaria-Executiva.

- Pessoas Membras CITARC:

Ana Carolina Romão Degaspari; Douglas Gualberto Carneiro; Dilson Gonzaga Pereira Neto; Elisa de Oliveira Alves; Érico de Ávila Madruga; Francisco Eduardo de Holanda Bessa; Herbert Borges Paes de Barro; Isabel Tarrisse da Fontoura; José Armando Fraga Diniz Guerra; Patrícia Lima Sousa; Patrícia Parra Ferreira; Raquel dos Santos Ribeiro; Rosângela Vieira Monteiro; Samanta Bravim Eurich; Sheila Christina Mueller Mello.

- Representantes das Entidades Vinculadas do MGI convidadas:

Alexandre Quaresma Inacio Silveira (DATAPREV); Cristina Araujo Santana (Funpresp); Cleiton Lima de Moura (ITI); Daniella Álvares de Araújo Mello (ENAP).

- Convidada(os) da Diretoria de Auditoria de Governança e Gestão da CGU:

Vivian Vivas (Diretora); Márcio Pereira Lima; Fábíio Santana Silva; Carla Baksys Pinto; Rodrigo Neiva Pedatella.

- Outros convidados do MGI:

Ana Ndjane Melo Santos de Camargo Spina (MGI/AECI); André W. Bretermitz

(MGI/AECI); Helena Carvalho Froies (MGI/AECI); José Romildo Araujo de Andrade (MGI/DGE); Karla de Mello Monteiro (MGI/SETE); Lívia Santos Ramalho Evangelista (MGI/OUV); Sued de Souza Lima Evangelista (SSC/DTI), Thalita Gomes de Oliveira (SSC/DTI); Rosana Célia da Silva Araújo (MGI/SSC); Henrique José Massote de Godoy (MGI/SSC); Laila Ferreira Hossain (MGI/SSC); Loriza Andrade Vaz de Melo (MGI/SGD); Cecília Reis (MGI/SSC); Enio Lopes Sombra (SSC/CGGOV); Gleice Lima Miguel (SGP/MGI); Roberta Patrícia Marinho Braga (GM/DIETI); Walkyria Lauer (GM/DIETI).

ABERTURA:

A reunião foi aberta pelo Presidente do CITARC e Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), Sr. Francisco Eduardo de Holanda Bessa, que deu as boas-vindas aos participantes e destacou a presença de representantes da Diretoria de Auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), ressaltando a importância da interlocução entre a gestão e a auditoria interna governamental para o fortalecimento da governança institucional. Na oportunidade, enfatizou o papel do CITARC no acompanhamento das ações relacionadas à integridade, à gestão de riscos, aos controles internos, à transparência, ao acesso à informação e à continuidade de negócios no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Em seguida, passou a palavra ao Secretário-Executivo do CITARC, Sr. Flávio Horácio Souza Vieira, que apresentou a pauta da reunião.

I. PAUTA:

CITARC (Secretaria-Executiva do CITARC)

1. Portaria MGI Nº 5.112: Comitês e Subcomitês Temáticos de Apoio à Governança;
Controle Interno
2. Status da execução do PAINT - Diretora Vivian Vivas (CGU);
3. Informes – Controle Interno;

Riscos e PCN

4. Deliberação: Resolução Conjunta CGDSI/CITARC nº 2 – Processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação;
5. Rede PCN-MGI: situação atual e encaminhamentos;
6. Deliberação: Resolução CITARC - Sistema Ágatha;
7. Monitoramento Riscos – SisGE.

Integridade e Transparência

8. Monitoramento da tempestividade no e-Agendas;
9. Monitoramento dos Planos Pró-Integridade e PSPEAD no e-CGU;
10. Informes - Subcomitê de Integridade.

II. PAUTAS APRESENTADAS E DELIBERAÇÕES:

Item 1. Portaria MGI Nº 5.112: Comitês e Subcomitês Temáticos de Apoio à Governança:

O Secretário-Executivo do CITARC, Sr. Flávio Horácio Souza Vieira, apresentou os principais aspectos da Portaria GM/MGI nº 5.112, de 24 de junho de 2026, que Institui, no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o Comitê Ministerial de Governança e os Comitês e Subcomitês Temáticos de Apoio à Governança, revogando as portarias vigentes, incluindo a Portaria GM/MGI Nº 5.897, de 5 de outubro de 2023, que havia instituído o CITARC e o Subcomitê de Integridade - SI. A 18ª Reunião do CITARC é, portanto, a primeira na vigência da Portaria GM/MGI

nº 5.112.

Foi comunicado aos presentes na reunião que as competências do CITARC e SI permanecem as mesmas, porém com alterações específicas na composição, havendo uma redução de 21 para 12 membros no CITARC e no acréscimo de um órgão no SI. Foi informado ainda que há disposições comuns a todos os comitês e subcomitês, como as regras para composição de subcolegiados e grupos de trabalho, os procedimentos para as reuniões ordinárias e extraordinárias e deliberações (convocação, convidados, quórum reuniões e deliberações, atas, manuais, guias, etc).

Item 2. Status da execução do PAINT - Diretora Vivian Vivas (CGU):

A Diretora de Auditoria de Governança e Gestão da CGU, Sr^a Vivian Vivas, apresentou os trabalhos de avaliação e consultoria concluídos, em execução e em planejamento, abrangendo logística e contratações públicas, transferências da União, gestão de pessoas, tecnologia da informação, patrimônio da União e inovação. Foram destacados, entre outros, os trabalhos sobre modelagem das contratações de limpeza e conservação, gestão de riscos em contratações públicas, custos de licitação e contratação direta, aquisição de passagens aéreas, planos de contratação anuais, transferências especiais, inteligência artificial em atividades de pessoal, governança de inteligência artificial, resposta a incidentes, uso de imóveis locados e fiscalização patrimonial. Os auditores da equipe da Diretoria de Auditoria da Governança e Gestão da CGU, Sr. Fábio Santana e Sr. Rodrigo Pedatella, complementarem as informações sobre algumas das auditorias para melhor entendimento dos representantes das áreas envolvidas do MGI.

A CGU informou que o planejamento do PAINT 2027 será iniciado nos meses seguintes e colocou-se à disposição para receber sugestões de temas relevantes, notadamente para trabalhos de consultoria. Nas manifestações, ressaltou-se a importância de distinguir trabalhos de avaliação de trabalhos de consultoria, estes últimos desenvolvidos de forma colaborativa com a gestão. Também foi mencionada a importância da articulação entre CGU e TCU quanto a trabalhos com objetos convergentes, especialmente no tema Balcão Gov.br, a fim de evitar sobreposição ou permitir atuação complementar.

A CGU informou ainda que a SPU deverá encaminhar resposta formal à CGU sobre a continuidade, o rearranjo e indicação de trabalho de fiscalização patrimonial, momento em que também esclareceu que o trabalho sobre incorporação de imóveis seria descontinuado por já ter sido abrangido pela auditoria de contas. Em resposta ao relato da CGU, o Diretor de Governança e Gestão da SPU, Sr. Douglas Carneiro, informou que está em andamento o atendimento à demanda da CGU relativa ao trabalho de avaliação da maturidade do uso de dados e parcerias para fiscalização patrimonial.

O Presidente do CITARC, Sr. Francisco Bessa, enalteceu a importância da visita da Diretoria de Auditoria de Governança e Gestão da CGU com a apresentação da situação das auditorias em curso no MGI, momento para troca de informações, esclarecimentos e estreitamento das articulações entre a CGU e MGI com vistas ao aperfeiçoamento das políticas públicas e da prestação de serviços à sociedade com a geração de valor público.

Item 3. Informes – Controle Interno:

O Sr. Francisco Bessa apresentou informações sobre o Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI 2.0), destacando o papel institucional da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI/MGI), nos termos do art. 12 da Portaria SGD/MGI nº 9.511/2025. Ressaltou que, na qualidade de Responsável Setorial pela Gestão da

Integridade, compete à AECI realizar o diagnóstico das medidas relativas à Estruturação Básica e aos Instrumentos Fundamentais de Governança do Segmento Base (Controle 0), contribuindo para a avaliação da maturidade institucional, o fortalecimento da governança e a identificação de oportunidades de aprimoramento.

Esclareceu ainda que a AECI, no exercício de sua função de conformidade, realiza a avaliação do Segmento-Base do PPSI para todos os 7 órgãos SISP do MGI, com base em critérios técnicos e conservadores, podendo seu entendimento, eventualmente, divergir daquele dos gestores responsáveis, sem prejuízo do diálogo institucional e do aperfeiçoamento contínuo do processo. Ao final, informou que o diagnóstico de julho havia sido finalizado e enviado via SisPPSI, e nova rodada seria realizada em dezembro.

Item 4. Deliberação: Resolução Conjunta CGDSI/CITARC nº 2 – Processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação:

Foi submetida à apreciação do Comitê a proposta de Resolução Conjunta CGDSI/CITARC nº 2, destinada a aprovar o Processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação - PGRSI do MGI. A Coordenadora-Geral de Segurança da Informação, a Sra. Loriza Andrade Vaz Melo, da Secretaria do Governo Digital (SGD) apresentou os fundamentos normativos e metodológicos da proposta, com referência às etapas de estabelecimento do contexto, identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, concebidas como processo contínuo e alinhado às ISO 27005, 31000, bem como demais normativos de boas práticas. Esclareceu ainda que o processo já havia sido examinado em reunião anterior do CITARC, assim como apresentado e aprovado em reunião do CGDSI.

A proposta foi colocada em votação, com registro de aprovação unânime pelos representantes dos órgãos presentes (todas as Secretarias e Arquivo Nacional) quanto à Resolução Conjunta CGDSI/CITARC nº 2, que dispõe sobre a aprovação do Processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Item 5. Rede PCN-MGI: 2º Ciclo do PCN-MGI:

A Coordenadora-Geral de Processos (CGPRO/DGE/SSC), Sr^a Laila Ferreira Hossain, relatou a situação atual e evolução dos trabalhos conduzidos no segundo ciclo da Rede PCN-MGI, com as informações dos processos tratados pelo Arquivo Nacional (que identificou sete processos críticos, dos quais cinco já se encontram em fase de detalhamento), SEGES (selecionou como processo crítico a Gestão da Rede de Governança Corporativa), SGD (definiu como processo crítico a API de avaliação dos serviços do Gov.br), SETE (realizando entendimentos internos para agendar novas reuniões), SGP (iniciou a integração dos trabalhos relacionados ao processo de gestão da folha de pagamento) e SSC (PCN-TI). Em relação à SPU o Coordenador-Geral, Sr. Érico de Ávila Madruga, da Diretoria de Gestão e Governança, informou que a Secretaria indicou como processo crítico a manutenção e o funcionamento do SPUnet, permanecendo pendentes apenas a definição do ponto focal e o reagendamento das reuniões. Foi também registrado que as outras secretarias informaram não ter informado processos críticos para participação neste segundo ciclo da Rede PCN-MGI.

Na sequência, foi apresentado pela Coordenadora-Geral de Inteligência e Governança Digital da DTI, Sr^a Sued de Souza Lima Evangelista, o trabalho de elaboração do Plano de Continuidade de Negócios da Tecnologia da Informação (PCN-TI), elaborado pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI/SSC/MGI), integrado ao PCN-MGI. Na sequência, a Sr^a Thalita Gomes de Oliveira (DTI/SSC) detalhou o PCN-TI, registrando

que a análise consolidou vinte e um riscos em seis grupos estratégicos: serviços digitais e infraestrutura; segurança da informação; ambiente externo e governança; capacidade operacional e pessoas; conformidade e contratações; e fornecedores e aspectos financeiros. Destacaram-se a consideração da criticidade temporal, a matriz de interdependências, a validação inicial por inteligência artificial como apoio à análise, a validação gerencial e a realização de testes periódicos. Ressaltou-se que a continuidade institucional depende de tecnologia, pessoas, processos, contratos, fornecedores e governança.

Item 6. Deliberação: Resolução CITARC - Sistema Ágatha:

O Presidente do CITARC, o Sr. Francisco Bessa, apresentou proposta de resolução para conferir maior institucionalidade ao uso e à disponibilização do Sistema Ágatha, distinguindo o ambiente multiórgãos, mantido e gerido pelo MGI, da cessão de código-fonte para instalação em infraestrutura própria do órgão ou entidade solicitante. Foram expostas as condições de uso, a inexistência de obrigação de suporte técnico pelo MGI nos casos de cessão do código-fonte, a possibilidade de fornecimento a empresas estatais federais e a entes subnacionais e a vedação de fornecimento a organizações privadas.

Durante a discussão, foi proposta pelo Sr. Érico Madruga a inclusão, no artigo inicial, da finalidade do Sistema Ágatha como sistema de gestão de riscos no âmbito do MGI, bem como a explicitação de que sua disponibilização visa à disseminação e ao aprimoramento da gestão de riscos na Administração Pública Federal. A sugestão foi acolhida e incorporada ao texto submetido à votação.

A proposta foi colocada em votação, com registro de aprovação unânime pelos representantes dos órgãos presentes (todas as Secretarias e Arquivo Nacional).

Item 7. Monitoramento Riscos – SisGE:

Foi apresentado o monitoramento dos riscos vinculados às iniciativas estratégicas do MGI no Sistema de Gestão da Estratégia - SisGE, com dados atualizados extraídos em 4 de agosto de 2026. Registrou-se a existência de trinta e seis iniciativas estratégicas que contam com riscos identificados e cadastrados. Dos cento e sessenta e nove riscos cadastrados, cento e cinquenta e cinco contam com ações de tratamento registradas.

Foi reforçada a utilização do Painel de Gestão de Riscos como instrumento para consulta e aplicação de filtros por órgão, iniciativa estratégica e nível de risco. Informou-se que o próximo encontro de assessoramento em gestão de riscos ocorrerá em 3 de setembro de 2026.

Item 8. Monitoramento da tempestividade no e-Agendas:

A Coordenadora de Gestão da Integridade Substituta (COINT/AECI) e no papel de Secretária-Executiva do Subcomitê de Integridade, a Sr^a Helena Carvalho Frois, apresentou os resultados do monitoramento da tempestividade das informações registradas no sistema e-Agendas, com destaque para o acompanhamento realizado e para as orientações direcionadas às unidades responsáveis. Informou que o MGI apresentou índice de tempestividade de 67% no painel InfoAgendas da CGU, considerando o registro dos compromissos no prazo regulamentar de até sete dias. O colegiado foi alertado, pelo Sr. Francisco Bessa, para a tendência de redução do desempenho ao longo do ano na variável tempestividade e para a necessidade de atuação junto às autoridades e aos operadores do sistema.

A Sr^a Helena Carvalho Frois informou ainda que a Coordenação de Gestão da Integridade realizará, em parceria com o Ministério da Saúde, oficinas com técnicos e operadores do e-Agendas, previstas para o início de setembro de 2026, com o

objetivo de aprimorar a tempestividade dos registros.

Item 9. Monitoramento dos Planos Pró-Integridade e PSPEAD no e-CGU:

Na sequência, a Sr^a Helena Frois informou que os anexos dos Planos Pró-Integridade e do Plano Setorial de Promoção da Ética, Integridade e Prevenção ao Assédio e à Discriminação - PSPEAD, referentes ao biênio 2026-2027, encontravam-se disponíveis em página temporária, em observância às orientações do período eleitoral, e que os planos continuavam sendo monitorados no sistema e-CGU.

Item 10. Informes - Subcomitê de Integridade:

A Sr^a Helena Frois apresentou informes relacionados ao Pro-Integridade.

Foi informada a conclusão, em julho de 2026, da autoavaliação dos 25 macroprocessos-chave do Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP) e a previsão de início, em agosto, da mentoria conduzida pela Controladoria-Geral da União (CGU), com o objetivo de apoiar o aprimoramento da gestão da integridade pública no Ministério.

Em seguida, foram apresentadas as pendências de Declaração de Conflito de Interesses (DCI) registradas no sistema e-Patri, bem como o cronograma do novo ciclo de declarações referente ao ano-base de 2025: até 31 de agosto de 2026 para os agentes públicos nascidos no primeiro semestre e até 30 de setembro de 2026 para os nascidos no segundo semestre, sem prejuízo da obrigatoriedade de nova declaração em caso de alteração de cargo ou de nova nomeação. Nesse contexto, ficou consignado que a AECI encaminhará à Enap e à Dataprev as informações relativas às pendências de DCI ainda relativas ao ano-base de 2024. Foi solicitado que os membros do CITARC reforcem junto aos agentes públicos de suas unidades, a observância dos prazos do novo ciclo de declarações. A AECI e a Comissão de Ética do MGI manterão o acompanhamento das pendências identificadas.

Também foram divulgadas as agendas para capacitação sobre integridade organizacional na Secretaria do Patrimônio da União (SPU), com atividades planejadas para os dias 11 e 12 de agosto de 2026, e evento sobre o combate à violência de gênero contra a mulher no ambiente de trabalho, a ser realizado no dia 19 de agosto no Arquivo Nacional. Destacou-se que as iniciativas foram concebidas pelas próprias unidades, com apoio do Subcomitê de Integridade e patrocínio de suas lideranças, contemplando temas relacionados à integridade, à prevenção do assédio e das violências no trabalho, à mediação de conflitos e ao enfrentamento da violência e da discriminação no ambiente laboral.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O Presidente do Comitê, Sr. Francisco Bessa, agradeceu a participação dos membros e convidados e registrou a representação integral de todas as unidades integrantes do Comitê. Por fim, informou a data da 19^a Reunião do CITARC, prevista para o dia 8 de outubro de 2026.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a 18^a Reunião Ordinária do Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle – CITARC, agradecendo novamente a presença e a colaboração de todos os participantes.

FLÁVIO HORÁCIO SOUZA VIEIRA

Secretário-Executivo do CITARC

Coordenador de Suporte à Gestão de Riscos

Assessoria Especial de Controle Interno - AECI

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Presidente do CITARC
Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Eduardo de Holanda Bessa, Presidente(a) de Comitê**, em 17/08/2026, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Horácio Souza Vieira, Secretário(a) Executivo(a)**, em 17/08/2026, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **63685005** e o código CRC **2FE7AA81**.

Referência: Processo nº 18001.002383/2026-53

SEI nº 63685005